

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

Volume 12

Número 2

Agosto/Setembro de 2018



**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

ISSN 1981-1659



O Modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon e as Políticas de Segurança Pública: O Caso do Programa “Pacto Pela Vida” de Pernambuco (2007-2013)

Lorena Monteiro

Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Professora do PPG em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas da UNIT-AL. Pesquisadora associada do Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP-SE). Atua na área de políticas públicas. Coordenadora do projeto “O impacto social das reformas da gestão pública no nordeste: Alagoas, Pernambuco e Sergipe em perspectiva comparada (2007-2013)” financiado pelo Edital Universal do CNPq/2014.

Diego Rodrigues

Doutor em Ciência Política pela UFSCar com estágio Sandwich no Colégio de México. Professor do PPG em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas da UNIT -AL. Atua nas áreas de Política Comparada e Avaliação de Impactos Ambientais. Pesquisador do projeto “O impacto social das reformas da gestão pública no nordeste: Alagoas, Pernambuco e Sergipe em perspectiva comparada (2007-2013)” financiado pelo Edital Universal do CNPq/2014.

José Elísio Dos Santos Júnior

Graduando em Direito no Centro Universitário Tiradentes (UNIT-AL). Bolsista PROBIC/FAPEAL e membro da equipe do projeto “O impacto social das reformas da gestão pública no nordeste: Alagoas, Pernambuco e Sergipe em perspectiva comparada (2007-2013)” financiado pelo Edital Universal do CNPq/2014.

Data de recebimento: 10/10/2017

Data de aprovação: 17/08/2018

DOI: 10.31060/rbsp.2018.v12.n2.847

Resumo

Este trabalho teve como objetivo analisar o programa de Segurança Pública “Pacto pela Vida” implementado no Estado de Pernambuco entre 2007 e 2013 a partir do modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon. Demonstra-se que ocorreu uma confluência de fluxos que possibilitou a formulação e a implementação do programa Pacto pela Vida: (a) a percepção e o diagnóstico do problema da violência que levou a contratação de uma empresa de consultoria para elaboração de um feedback de ações; (b) a existência de um empreendedor político, que trouxe para dentro do governo o “estado da arte” do debate acadêmico sobre a questão da violência e as propostas em termos de segurança pública para a formulação do programa; (c) a existência de um corpo técnico que dialogou com a sociedade civil e a comunidade a respeito das soluções. Todos esses fluxos, alinhados ao fato de que o governador Eduardo Campos adotara a questão da segurança pública como política de governo em um cenário nacional propício às discussões sobre segurança pública, com as articulações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a proposta do Plano Nacional de Segurança Pública etc., fortaleceram a formulação e a implementação do programa. Através de dados secundários esse trabalho reconstruiu como esses fluxos confluíram numa janela de oportunidades que possibilitou a implementação do programa Pacto pela Vida, assim como os resultados, em termos de indicadores sociais alcançados. Argumenta-se, que, assim como outras políticas públicas no Brasil consideradas “exitosas”, a necessidade da confluência dos fluxos prejudica a continuidade das políticas, como foi o caso do Programa Pacto pela Vida implementado em Pernambuco.

Palavras -Chave

Modelo de Múltiplos fluxos; Pacto pela Vida; Pernambuco.

Abstract

The Model of the Multiple Kingdon Flows and Public Security Policies: The Case of Pernambuco's "Pact For Life" Program (2007-2013)

This study aimed to analyze the Public Security program "Pact for Life" implemented in the State of Pernambuco between 2007 and 2013 from Kingdon's multiple stream framework. It is demonstrated that there was a confluence of streams that enabled the formulation and implementation of the Pact for Life program: (a) the perception and diagnosis of the problem of violence that led to the hiring of a consulting company to elaborate feedback; (b) the existence of a political entrepreneur, who brought into the government the "state of the art" of the academic debate on the issue of violence and the proposals in terms of public safety for the formulation of the program; (c) the existence of a technical staff that has dialogued with civil society and the community about solutions. All these streams, in line with the fact that Governor Eduardo Campos had adopted the issue of public security as a government policy in a national scenario favorable to discussions on public security, with articulations of the Brazilian Forum of Public Safety, the proposal of the National Plan of Security etc., have strengthened the formulation and implementation of the program. Through secondary data, this work reconstructed how these streams converged in a window of opportunity that allowed the implementation of the Pact for Life program, as well as the results, in terms of social indicators achieved. It is argued that, like other public policies in Brazil considered to be "successful", the need for confluence of streams impairs the continuity of policies, as was the case of the Pact for Life Program implemented in Pernambuco.

Keywords

Multiple stream framework; Pact for Life Program; Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a política de segurança pública Pacto pela Vida implantado no estado de Pernambuco entre 2007 e 2013 sob a perspectiva do modelo de múltiplos fluxos de Kingdon¹. Os estudos sobre a política de segurança Pacto pela Vida tendem a enfatizar a centralidade da atuação de Eduardo Campos², à época governador de Pernambuco, na condução do programa como definidora dos resultados alcançados. (MACÊDO, 2012; ZAVERUCHA, NÓBREGA JÚNIOR, 2015; OLIVEIRA, 2016). Sem desconsiderar o peso que a vontade política do governador Eduardo Campos teve na formação e na implementação da política de segurança pública Pacto pela Vida, a presente análise demonstra que ocorreu uma confluência de fluxos, tanto federais, quanto estaduais, que possibilitou a formulação e a implementação da política.

Trata-se de um cenário nacional e estadual propício a institucionalizar a área de segurança pública como um problema a ser enfrentado. No contexto federal, esse cenário é traduzido na proposta de um Plano Nacional de Segurança Pública, na implantação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRO-NASCI), na criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), no projeto de lei que visava a criação de um Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), o qual fornecesse um Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública (SINESP), dentre outras iniciativas. Assim como a formulação e implantação do Pacto pela Vida contou com um ambiente intelectual aberto às discussões sobre segurança pública representado pelas iniciativas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pela disseminação de linhas de pesquisa sobre Segurança Pública nas Universidades, assim como a existência de empreendedores políticos especialistas em

¹ Este artigo é parte de um projeto de pesquisa mais amplo intitulado “O impacto social das reformas da gestão pública no Nordeste: Alagoas, Pernambuco e Sergipe em perspectiva comparada (2006-2013)”, realizado com auxílio financeiro do CNPq através do Edital Universal MCTI/CNPQ Nº 14/2014.

² Eduardo Henrique Accioly Campos, economista, político do Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi deputado federal, Ministro de Ciência e Tecnologia no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, governador de Pernambuco por dois mandatos (2007-2014). Faleceu, em 2014, durante sua campanha para a Presidência da República, em um acidente aéreo.

Segurança Pública, que trouxeram para dentro do governo o “estado da arte” do debate acadêmico sobre a questão da violência e propostas para a formulação do programa. Em termos estaduais, no período da implantação do Programa, além do governo contar com um corpo técnico qualificado, Pernambuco estava em franca expansão econômica que possibilitou aumentar o investimento orçamentário.

Portanto, demonstra-se, nesse artigo, que a confluência desses fluxos, aliado a vontade política do governador, possibilitou e fortaleceu a formulação e a implementação da política Pacto pela Vida. Através de dados secundários este trabalho reconstrói como esses fluxos confluíram numa janela de oportunidades que possibilitou a implementação da política, assim como os resultados alcançados. Para tanto, analisou-se a política através do modelo de múltiplos fluxos de Kingdon. Argumenta-se que, assim como outras políticas no Brasil consideradas “exitosas” em seus propósitos, a necessidade da confluência dos fluxos prejudica a continuidade das políticas, como foi o caso do Pacto pela Vida implementado em Pernambuco.

O Modelo dos Múltiplos Fluxos e a Política Pacto pela Vida

O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon é considerado uma das perspectivas mais completas para compreensão da formação da agenda. Ele parte da ideia central do modelo de garbage can de Cohen, March e Olsen de que as alternativas existem, como se estivessem em uma lata de lixo, e são reutilizadas na medida que os problemas surgem. Entretanto, o modelo de Kingdon vai além, na medida em que problematiza os fatores que levam

os tomadores de decisão a utilizar ou não as alternativas disponíveis.

Baumgartner e Jones (1993), em definição já clássica, estabeleceram que o processo de *agenda-setting* é produzido sob um determinado contexto e que implica na emergência de uma questão específica e de relevância, resultando na maior atenção governamental e, assim, integrando a agenda. Do ponto de vista analítico, Kingdon (2003) deu continuidade a essa reflexão na medida em que afirma que um tema passa a compor a agenda governamental a partir dos interesses dos policy makers.

A absorção de um problema social como a violência urbana na agenda governamental implica que os termos de sua discussão serão dados por quem primeiro identificou e, por conseguinte, delineou os parâmetros e critérios para seu debate e operacionalização como política pública. Chama a atenção nesse debate sobre a formação de agenda a contribuição também seminal de Downs ao debate. Downs (1972), ao analisar a questão ambiental, indica um modelo de ciclo de atenção do policy maker que divide-se em cinco etapas: (1) Pré-problema, etapa na qual o interesse público ainda é escasso, mas os policy makers já delineiam e produzem informação a respeito, (2) Descoberta e Entusiasmo, etapa na qual o tema emerge derivado de algum desastre ou evento e provocando a reação dos policy makers, (3) Cálculo de custo-benefício, etapa na qual os custos de alteração ou implementação da agenda são apresentados, (4) Declinação do interesse público sobre o tema que emergiu na agenda e (5) Quietude, etapa no qual o tema perdeu a relevância na agenda pública.

Retomando o modelo de Kingdon, o processo de tomada de decisão e da formulação da política ocorre através da confluência de fluxos: o dos problemas, o das propostas, o das alternativas e o da política. O primeiro fluxo depende do reconhecimento do problema pela sociedade, o segundo de ideias e alternativas formuladas por especialistas, investigadores; e a terceira do contexto político, administrativo e legislativo favorável (KINGDON, 2003).

Em relação ao fluxo de problemas, segundo Kingdon (2003), as questões são reconhecidas pelos tomadores de decisão através dos indicadores que mensuram a magnitude do problema e/ou da situação, pela ocorrência de eventos, crises, símbolos, desastres, ou até mesmo através de uma experiência pessoal, assim como pelo feedback de programas em desenvolvimento, questões relativas ao orçamento, custos e benefícios, etc. Entretanto, essas condições só são problemas quando capturam a atenção dos formuladores de políticas e dos participantes do processo decisório. Nesse sentido, apenas os indicadores pouco impacto têm na percepção de um problema, mas se combinados com eventos, crises, símbolos, assim como com críticas a determinada situação como feedback, intensificam a percepção de dado problema.

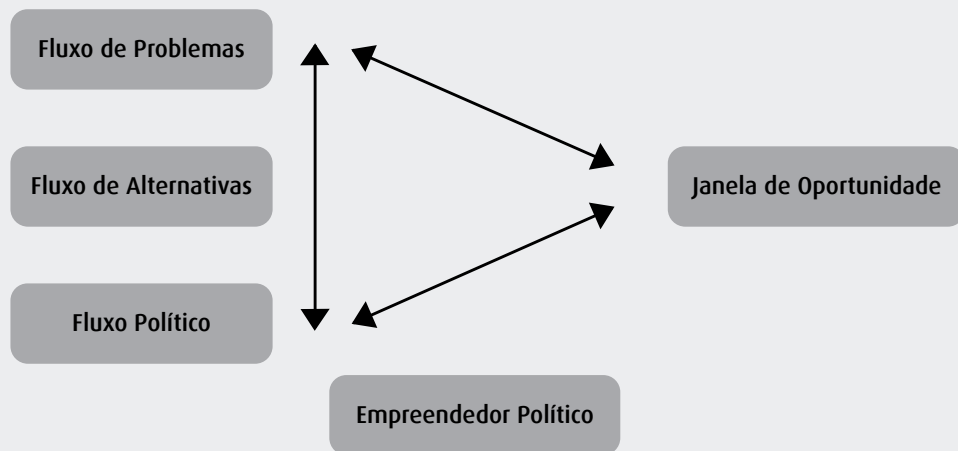
O fluxo das alternativas, por sua vez, reflete um conjunto de ideias em disputa pela aceitação na rede de políticas. Esta disputa, ainda conforme Kingdon (2003), depende da confiabilidade técnica, aceitabilidade e compatibilidade entre os valores da sociedade e a capacidade de antever problemas futuros. Esse fluxo remete ao mo-

delo *garbage can*, uma vez que as alternativas não necessariamente estão vinculadas a percepção dos problemas. Essas soluções são geradas em comunidades (científicas, técnicas, políticas) de especialistas, que dependem, para serem acionadas, da avaliação dos formuladores de políticas e dos tomadores de decisão.

O fluxo político remete ao que Kingdon chama de “humor nacional”, e depende da ação das forças políticas organizadas e de mudanças de governo. O fluxo político existe de modo independente ao problema, tendo sua própria dinâmica, mas, em alguns casos, o clima político do período está propício para determinada política. Da mesma forma, podem existir grupos de pressão favoráveis a implementação da política e ocorrer mudanças no governo que favoreçam a decisão.

O ator que tem, segundo o modelo de Kingdon, papel estratégico na integração dos fluxos é o empreendedor político. Dentre as qualidades do empreendedor político destaca-se a habilidade na articulação política e na negociação. São os empreendedores políticos que percebem o ambiente propício e conectam os fluxos, abrindo assim uma janela de Kingdon considera que *problemas e questões (conditions)* devem ser diferenciados. A diferenciação, para o autor, resulta de que uma *questão* seria uma situação social claramente percebida sem incorrer em medidas políticas, ao contrário do *problema* que demandaria, por parte dos *policy makers*, a necessidade de alguma ação política. Para o autor, “problems are not simply the conditions or external events themselves: there is also a perceptual, interpretative ele-

Figura 1 - Fluxos para formulação de políticas e tomada de decisão, segundo o modelo proposto por Kingdon (2003)



Fonte: Elaboração própria a partir de Kingdon (2003).

ment”³ (KINGDON, 2003, p.109). Para uma mudança na agenda governamental, segundo o autor, existiriam dois momentos principais: mudança de governo e mudança de competência sobre uma questão.

Zahariadis (2003) amplia o alcance do modelo de fluxos múltiplos de Kingdon (2003) ao analisar o “fluxo” das *policies* e a produção de novas políticas públicas envolvendo os casos das privatizações de empresas estatais na Grã-Bretanha, França, Alemanha e Grécia. Embora Zahariadis (2007) amplie o alcance do modelo para “etapas” posteriores ao processo decisório e atinja mesmo a “implementação das políticas” para casos envolvendo até mesmo a

política externa, os elementos de ambiguidade e as incertezas decorrentes da assimetria informacional entre os *policy makers* permanecem, caracterizando o processo de desenvolvimento de políticas.

Tanto para Zahariadis (2007) quanto para Kingdon (2003) três fatores essencialmente condicionam o processo de tomada de decisão dos *policy makers*: 1) alta volatilidade do ambiente institucional interferindo diretamente no processo decisório; 2) alternativas de escolhas políticas que, tomada a decisão, não são dimensionadas em seus efeitos pelos próprios atores e, por fim; 3) dada a assimetria de informação entre os atores, o ambiente institucional

³ Em tradução livre, “problemas não são simplesmente as questões [conditions] ou eventos externos em si: são também um elemento perceptual e interpretativo”.

para a tomada de decisão é afetado diretamente pelas disputas e conflitos entre os atores num ambiente de incertezas (GOTTEMS et al, 2013). Portanto, Zahariadis (1998) considera que o modelo de fluxos múltiplos de Kingdon aumenta sua capacidade explicativa na medida em que a agenda governamental é definida e decidida sob situações politicamente ambíguas em seus objetivos de natureza política e o autor chama a atenção justamente pelo caráter da indefinição de preferências somada a possibilidade efetiva de ambientes instáveis que demandem escolhas políticas.

Nesse sentido, de acordo com Zahariadis (2007), o modelo de fluxos múltiplos de Kingdon (2003), embora deficitário de hipóteses empiricamente quantificáveis, é mais preciso na explicação do processo decisório que trata da formação da agenda governamental e também de etapas posteriores do processo político como a implementação de políticas e programas em áreas como saúde e segurança pública, o que termina por clarificar melhor a ambiguidades nos objetivos políticos, na indefinição de preferências e na instabilidade de cenários políticos e institucionais que restringem as escolhas políticas dos atores, como se caracteriza o processo decisório envolvendo o Pacto pela Vida formulado e implementado pelo governo de Pernambuco.

Portanto, conforme o modelo de Kingdon, quando os três fluxos convergem abre-se a possibilidade da formulação e implementação da política. No caso específico do Pacto pela Vida, política a qual analisa-se nesse artigo, alguns fatores estaduais e nacionais convergiram para sua implementação, além da questão da cen-

tralidade dos tomadores de decisão, como demonstra-se abaixo.

A situação da Segurança Pública em Pernambuco de 2000 a 2007

Na primeira década dos anos 2000, Pernambuco era considerado o estado mais violento da região nordeste, conforme o gráfico 1.

Conforme Nóbrega Júnior (2010), dos anos 1990 até a metade dos anos 2000, a região nordeste superou a sudeste em termos de mortes violentas, conforme as taxas de homicídios por mil habitantes. Especificamente o estado de Pernambuco, na década de 2000, superou o de São Paulo em número de homicídios. O processo migratório do crime da região sudeste para a nordeste é uma das hipóteses levantadas para explicar a simultânea queda no número de mortes violentas, na primeira, e crescimento, na segunda (NÓBREGA JÚNIOR, 2010).

Percebe-se, no estado de Pernambuco, através da análise da série histórica da evolução da violência letal, três etapas anteriores à implementação da política Pacto pela Vida, segundo o Mapa da Violência de 2012. Na primeira, de 1980 a 1994, as taxas de homicídios do estado estão sempre acima das nacionais, mas crescem de modo moderado. O segundo período, de 1994 a 2001, apresenta um crescimento acelerado nas taxas de homicídios por 100 mil habitantes, especialmente na região metropolitana, de forma que Pernambuco ocupou o primeiro lugar no ranking nacional de violência homicida em 2001. A terceira fase, de 2001 a 2007, portanto, ainda antes da implementação da política Pacto pela Vida, apresenta uma estagnação nas taxas de homicídio do estado como ve-

rifica-se no gráfico 2.

A partir das estatísticas apresentadas, observa-se que a questão da violência letal no estado de Pernambuco era um problema público já colocado desde a década de 1990, tanto no interior, quanto na região

metropolitana do estado. No entanto, mesmo diante do cenário aqui apresentado, somente no primeiro mandato de Eduardo Campos é criado um programa específico para a área, pauta esta que não foi encampada pelos governos que o antecederam.

Gráfico 1 - Taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Nordeste, por UF (2000-2007)

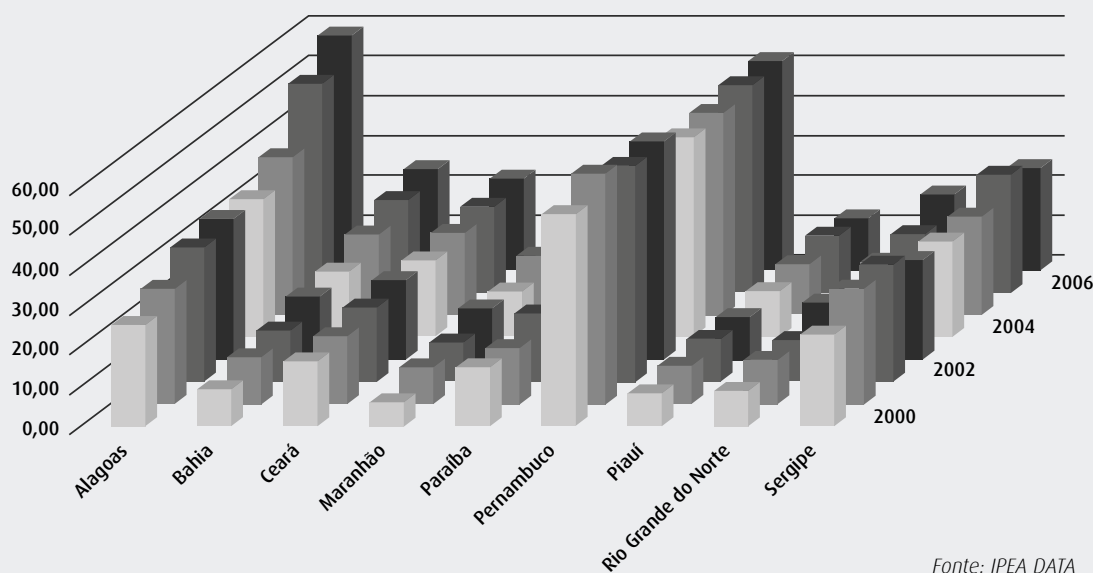
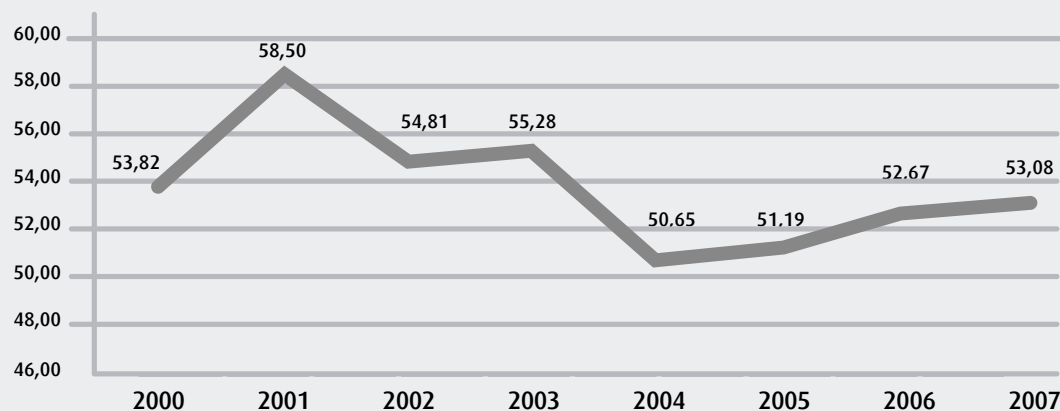


Gráfico 2 - Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Pernambuco (2000-2007)



Formação de comunidades de especialistas e a gestão da Segurança Pública

A Segurança Pública, enquanto objeto de interesse acadêmico no Brasil, é recente. Data, no nível da pós-graduação, a década de 1990. Inicialmente questões relacionadas à segurança pública ficavam restritas a linhas, núcleos de pesquisas relacionados à criminalidade das Faculdades de Direito. Posteriormente, os programas pós-gradu-

ação de Sociologia e de Ciências Sociais, impulsionados pelos desdobramentos da sociologia da violência, das teorias de controle social, e das questões advindas dos tratados de Direitos Humanos, assim como pelo desenvolvimento do campo de políticas públicas, passaram a criar linhas de pesquisa, laboratórios e núcleos relacionados às políticas de Segurança Pública, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1 - Iniciativas pioneiras na área de Segurança Pública

Nome do Periódico	Instituição vinculada	Qualis
Revista Sociedade e Estado	Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília	1987
Revista Brasileira de Política Internacional	Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, DF.	1994
Revista de Sociologia e Política	Universidade Federal do Paraná	1996
Revista Sequência	Pós-Graduação de Direito da UFSC	1996
Novos Estudos	PUC/RS	1996
Ciência da informação	Secretaria de Estado de Segurança Pública do RJ (SESEG)	1999
Sociedade e Natureza	UCAM/RJ	2000
Revista Psicologia, Ciência e Profissão	Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito/UFF	2000
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança (NEPS)	Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPE	2006

Fonte: Elaboração própria e Vasconcelos (2017).

Como indica Vasconcelos (2017), a fundação Ford teve um importante papel tanto na formação do campo das ciências sociais, quanto no desenvolvimento de

pesquisas e intervenções na área da segurança pública. O autor pontua dois momentos importantes da influência da Fundação Ford no desenvolvimento da área:

[...] entre o fim dos anos 80 e o início dos 90, dá ênfase nas organizações de pesquisa e ativismo em Direitos Humanos, com verbas para o NEV e o ISER; o segundo, a partir de 1997, voltado à aproximação entre cientistas sociais e profissionais de Segurança Pública e justiça criminal, em que o investimento concentrou-se em quatro organizações: o CRISP, o CESeC, o Sou da Paz e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (VASCONCELOS, 2017, p.43).

Um dos espaços catalizadores dessas primeiras iniciativas no âmbito da pós-graduação e dos pesquisadores de temas relacionados à Segurança Pública foi o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública foi criado em 2006, através do apoio da Fundação Ford, da Open Society Foundation, da Fundação Tinker, entre outras instituições, com o objetivo de construir um espaço de diálogo, de referência e de cooperação técnica na área de Segurança Pública. Dentre suas principais iniciativas destacam-se: a) articulação em rede de pesquisadores, acadêmicos, membros da sociedade civil e de órgãos do sistema de justiça e da segurança pública; b) a preocupação com a melhoria e transparência dos dados referentes à Segurança Pública nas unidades subnacionais e sua publicação nos Anuários de Segurança Pública; c) a divulgação das discussões e pesquisas na Revista de Segurança Pública; d) a disseminação das melhores práticas nos Encontros do Fórum de Segurança Pública; e) fomento de pesquisas científicas, diagnósticos, apoio a gestão pública, etc.

Dentre os pesquisadores associados ao Fórum, está o sociólogo José Luiz Ratton, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cri-

minalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança (NEPS) da UFPE. Sua preocupação com a construção de diagnósticos a partir de dados confiáveis pode ser percebida em sua produção científica, questões estas as quais buscou levar em seu diagnóstico da violência em Pernambuco, que subsidiou a formulação da política Pacto pela Vida e da política estadual de segurança pública, enquanto exercera o cargo de assessor do governador Eduardo Campos. Conforme Vasconcelos (2017) a década em que Ratton ingressou no governo de Pernambuco era compreendido, na área de Segurança Pública como um todo, como propícia à relação de cooperação entre cientistas sociais e organizações governamentais, “[...] como a oportunidade de uma reforma das organizações da Segurança Pública – como meio de superação das instabilidades dos tempos da política, favorecendo a formação de quadros de *decision makers*” (VASCONCELOS, 2017, p.48).

Portanto, a formação do campo emergente da Segurança Pública em que uma comunidade de especialistas, mesmo em número pequeno, começa a colocar o problema da violência no Brasil em evidência, na agenda acadêmica e social, através das iniciativas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, tem um impacto na visibilidade do problema e na formulação de alternativas. No caso específico de Pernambuco, isto fica claro não apenas pela contratação pelo governador do Estado de um empreendedor político com expertise acadêmica na área e bom trânsito nas instituições criminais e da justiça, mas na repercussão do II Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, realizado em Recife, que contou com 600 partici-

pantes. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2009).

Pressão do Movimento Brasil competitivo e a formulação de programas federais

O Movimento Brasil Competitivo (MBC), liderado por uma série de empresários, dentre eles Jorge Gerdau, surgiu após a experiência do choque de gestão em Minas Gerais, de 2003, e teve como objetivo sensibilizar e influenciar as gestões públicas locais e estaduais a adotarem um modelo privado de gestão – a gestão por resultados – que, conforme o grupo de associados do MBC, geraria uma redução dos gastos públicos e, conseqüentemente, da carga tributária das empresas.

O receituário do Movimento Brasil Competitivo incluía a contratação de consultoria privada para a implementação da gestão por resultados no setor público, em especial as empresas de consultoria do engenheiro Vicente Falconi. Uma série de Municípios e Estados a partir dos anos 2000 contratou essas consultorias para a implementação do modelo de gestão por resultados, como foi o caso de Pernambuco. A questão da eficiência e eficácia da gestão pública conformou e dividiu o debate ideológico e político nas últimas décadas, tanto que, em 2012, o Movimento Brasil Competitivo reuniu o poder executivo, o judiciário e o legislativo na “Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública”, visando disseminar ainda mais a ideia de gestão por resultados nas várias esferas da política brasileira. (MONTEIRO, 2016)

Simultaneamente a esse movimento de disseminação da gestão por resultados no setor público, o tema da Segurança Públi-

ca volta a agenda nacional, com a criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), em 2007. Conforme Soares (2012) a questão da segurança pública sempre fora um tabu para o executivo federal, tanto que “ a segurança, como uma subárea das políticas públicas sociais, passou quase incólume às reformas constitucionais dos anos 1980, recebendo apenas no ano 2000, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a sua primeira grande diretriz nacional” (MADEIRA e RODRIGUES, 2015, p.8).

O PRONASCI, criado durante o segundo governo Lula, retoma algumas das diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública, formulado no primeiro governo Lula, mas que não fora implementado. Retoma, em especial, a centralidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) na formulação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), reconhecendo, assim

[...] a gravidade do problema de segurança pública no Brasil, o governo federal, iniciou em 2003, uma nova etapa na história da segurança pública brasileira. Tendo como foco principal a ação da implantação do SUSP, e SENASP, consolidou-se como o órgão central no planejamento e na execução das ações de Segurança Pública em todo o Brasil (MADEIRA e RODRIGUES, 2015, p.9).

A partir da SENASP, a área da Segurança Pública no Brasil fortaleceu o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC), que possibilitou a formulação de diagnósticos históricos da questão da segurança pública no Brasil.

Em relação aos entes federados – Estados e Municípios –, o PRONASCI estimulou políticas de prevenção da violência através da liberação de recursos da União, como foi o caso do Estado de Pernambuco, e de sua capital, Recife. No caso específico de Pernambuco, no período em que Eduardo Campos esteve à frente do Pacto pela Vida, a transferência de recursos federais foi constante para o Estado.

Portanto, em relação ao fluxo referente ao “humor nacional”, o fato da Segurança Pública ter entrado para a agenda nacional, colocando a União como um ator fundamental, juntamente com os Estados, que eram até então os atores tradicionais na área, fortaleceu as iniciativas estaduais e locais. Além disso, Eduardo Campos tinha uma boa inserção no governo federal, assim como maioria legislativa no Estado.

A política Pacto pela Vida e a centralidade dos tomadores de decisão

Eduardo Campos, assim que assumiu o governo de Pernambuco, em 2007, implantou, influenciado pelo Movimento Brasil Competitivo, o programa de gestão por resultados “Todos por Pernambuco”. A partir de um diagnóstico dos problemas do Estado, esse modelo de gestão por resultados impulsionou “a realização de uma série de mudanças na administração pública, com base em três elementos: a) construção de uma agenda estratégica; b) alinhamento da arquitetura organizacional implementadora; e c) implantação de mecanismo de monitoramento e avaliação” (SILVA, 2016, p.252).

Entretanto, iniciativas gerenciais não eram novidade na administração pública

do estado de Pernambuco. O governo anterior ao de Campos, de Jarbas Vasconcelos, havia implementado o Programa Pernambucano de Modernização da Gestão Pública (PRO-GESTÃO), visando controlar os gastos públicos e adequar as finanças estaduais. Conforme Silva (2016), a diferença entre os programas e os resultados alcançados por Campos e Vasconcelos ocorreram por conta do maior envolvimento do governador Campos do que Vasconcelos na condução do programa, e pela situação econômica do estado que Campos encontrou, em franca evolução, com a implantação do complexo logístico do Porto Suape, a fixação da refinaria Abreu Lima, da fábrica da Fiat, e do Estaleiro Atlântico Sul, assim como uma série de obras de infraestrutura, como a transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina.

A partir de 2007, começou o programa de gestão por resultados Todos por Pernambuco, pautado por um diagnóstico de que a administração pública do Estado carecia de melhorar a coleta, divulgação e interpretação dos indicadores e informações estaduais, fortalecer e implantar um monitoramento efetivo, incentivar a cooperação entre instituições estaduais, etc. Estas mesmas práticas foram replicadas para o programa de gestão por resultados Pacto pela Vida, aplicado a área de segurança pública. (SILVA, 2016).

O Pacto pela Vida objetivou, num primeiro momento, implementar a gestão por resultados em algumas áreas prioritárias da Segurança Pública, principalmente no aprimoramento das informações criminais para melhorar os diagnósticos da situação no Estado, através do aperfei-

çoamento dos inquéritos policiais, assim como capacitar os profissionais da área e melhorar suas condições de trabalho (PERNAMBUCO, 2007).

Eduardo Campos contou com um pesquisador da área de Segurança Pública nomeado para assessorá-lo, o professor da Universidade Federal de Pernambuco José Luiz Ratton. Dentre as primeiras atividades do Pacto pela Vida estava a constituição de câmaras temáticas compostas por técnicos do governo, membros da sociedade civil, profissionais, em várias áreas que se relacionam com a Segurança Pública, como a da criança e do adolescente, da juventude, LGBTTI, idosos, portadores de deficiência física, populações negras e indígenas, violência no campo, armas/desarmamento, drogas, reorganização do espaço urbano, políticas da valorização profissional e carreiras policiais, controle externo da atividade policial, sistemas de justiça criminal, sistema criminal de informações, gestão do conhecimento e prevenção da violência (PERNAMBUCO, 2007). Em meados de maio de 2007, a política de segurança Pacto pela Vida foi oficializada. Seu plano incluía algumas linhas de ação, como: 1) repressão qualificada da violência (aprimoramento no atendimento as vítimas, otimização dos recursos do policiamento ostensivo, investigação criminal); 2) aperfeiçoamento institucional (modernização da capacidade técnica e operacional da polícia civil e da militar, sistema prisional e da Secretaria de Defesa Social); 3) informação e gestão do conhecimento (projetos voltados a consolidação de instrumentos direcionados para a realização de diagnósticos da situação do estado, planejamento, monitoramento e avaliação do Pacto pela Vida); 4) formação e capacidade (plano de

ensino integrado no estado, sensibilização dos gestores e operadores da segurança pública quanto a vulnerabilidade social dos grupos minoritários, treinamento para uso de armas menos letais, formação de gestores operadores da segurança pública, difusão da cultura de redução de danos na repressão ao uso de drogas); 5) prevenção social (propostas multisetoriais que visavam inibir as condições sociais da violência); 6) gestão democrática (implantar mecanismos de participação social na formulação das soluções na área de segurança pública) (MACÊDO, 2012).

Destes eixos foram elaborados 138 projetos que viraram programas ou subprogramas relacionados com conhecimento e divulgação dos direitos humanos, prevenção da violência nas escolas e comunidades, inclusão econômica, mediação de conflitos nas comunidades, prevenção da violência nos estádios, promoção de cultura e esporte, tratamento para usuários de drogas ilícitas, desarmamento, fortalecimento dos conselhos tutelares, proteção às vítimas de violência, enfrentamento da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes, planejamento de espaços urbanos seguros, criação do Conselho Estadual de Segurança Pública e incentivo à formação de conselhos municipais, além da realização da 1ª Conferência Estadual de Segurança Pública de Pernambuco e do Fórum Estadual de Segurança Pública (MACÊDO, 2012). Conforme Ratton, Galvão e Fernandez (2014),

a primeira tarefa da recém-criada Assessoria do Governador para a área de Segurança Pública foi a coordenação do processo de elaboração de dois produtos: um diagnóstico sobre a violência no es-

tado e, com base nesse diagnóstico, um Plano Estadual de Segurança Pública (PESP-PE 2007). O referido plano foi construído durante os meses de março e abril de 2007, a partir da sistematização dos debates ocorridos no Fórum Estadual de Segurança Pública. O Fórum Estadual de Segurança Pública foi o espaço criado para debate com a escuta da sociedade civil e teve dois momentos: as câmaras técnicas e a plenária (RATTON, GALVÃO e FERNANDES, 2014, p.12).

A partir desse diagnóstico e das discussões do I Fórum Estadual de Segurança Pública, no final de 2007, os componentes de todas as câmaras temáticas e o alto escalão do governo definiram, em reunião plenária, dentre todos projetos apresentados, o foco da política: a redução das taxas de homicídios. Conforme Zaverucha e Nóbrega Júnior (2015), apesar de não ter uma base científica concreta, a meta estabelecida foi a redução de 12% de homicídios por ano. Essa meta fora construída em cima de indicadores internacionais, não em cima da realidade do Estado de Pernambuco (MACÊDO, 2012). Segundo Ratton, Galvão e Fernandez (2014)

A meta de redução de 12% ao ano na taxa dos CVLIs converteu-se em um elemento regulador da gestão do Pacto pela Vida. De certa forma, a meta aponta para o tipo de cidade e sociedade que se desejava construir em Pernambuco. É importante destacar que a legitimidade da meta também era um valor em disputa, no início de 2007. O estabelecimento da referida meta sofreu resistência tanto por setores das organizações policiais, quanto por setores da sociedade civil pernambucana. Mas o Governador sustentou essa ideia e a necessidade de se estabelecer mecanismo que possibilitassem a implementação de um mo-

delo de gestão por resultados (RATTON, GALVÃO e FERNANDES, 2014, p.14).

Entretanto, entre 2007 e 2008, a taxa de homicídios reduziu apenas em 4,4%, o que gerou certa reação da sociedade ao Pacto pela Vida, inclusive com a criação de um blog que atualizava o número de homicídios diariamente. Na avaliação de Macêdo (2012) nesse período

[...] o plano de ações que o referenda não aponta um direcionamento determinado, visto que os 138 projetos previstos abarcaram um amplo escopo de atuação, com prazos, muitas vezes, inexequíveis. Neste sentido, a condição histórica da liderança do Estado, no que se refere aos indicadores de criminalidade, exigiria a eleição de focos prioritários, a serem explicitados no texto referenciado, tomando problemática e sem aplicabilidade a adoção de um plano multisetorial e abrangente em um contexto de recursos econômicos escassos (MACÊDO, 2012, pp.83-84).

O pacto II iniciou-se na metade do ano de 2008, e define-se pelo maior envolvimento do governador, e pela contratação da assessoria do Instituto de Desenvolvimento gerencial (IDC). Macêdo (2012) reafirma, no plano II, a importância da vontade política do governador: “a política passa a apresentar resultados favoráveis mais expressivo quando o governador se envolve mais diretamente nos rumos da execução e negligencia parte das ações previstas, elegendo prioridades a partir de um olhar sobre experiências nacionais e internacionais de redução de criminalidade exitosas” (MACÊDO, 2012, p.87). Na avaliação de Rocha (2016), a centralidade da vontade política do governador

Campos foi determinante do resultado do programa, como transcrito abaixo:

O sucesso do programa pode ser imputado, em grande medida, pela decisão ou vontade política do chefe do executivo em eleger a segurança pública como prioridade em sua gestão, com a criação de uma Assessoria especial para a área de segurança pública, a contratação de um pesquisador com experiência na área de segurança e a adoção de reformas institucionais nas polícias, como a modificação nos critérios de seleção (ROCHA, 2016, p.11).

Um dos aspectos mais reiterados sobre a atuação central do governador na busca de ações políticas permanentes para a redução e controle dos homicídios era sua participação nas reuniões semanais do comitê gestor do Pacto, juntamente com os coordenadores das câmaras setoriais, equipes de apoio da Secretaria de Defesa Social e da Secretaria de Planejamento e Gestão, assim como a alta cúpula da Polícia Civil e da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e dos órgãos periciais. Uma das questões destacadas como positivas por aqueles que analisaram o Pacto pela Vida foi a entrada de um policial federal, Wilson Damásio, como secretário da defesa social, que foi, conforme Silva (2016, p.169) uma estratégia de Eduardo Campos “[...] a fim de promover uma administração isenta, isto é, não dar motivos para as polícias civil e militar alegar benefícios se um dos comandantes advindos de uma das duas corporações assumisse tal cargo”. Outro fator foi a substituição do vice-governador por Geraldo Júlio na condução do programa, conforme destacam Zaverucha e Nóbrega Júnior (2015)

De forma simples e direta, o novo gestor do programa colocou as bases do gerencialismo público em ação. Com Júlio, veio a cobrança de resultados específicos de acordo com a circunscrição regional, inteligência voltada para apreensão de homicidas contumazes, georeferenciamento de lugares críticos, sofisticação do banco de dados criminais, relatórios periódicos sobre o andamento do Pacto pela Vida (ZAVERUCHA e NÓBREGA JÚNIOR, 2015, p.242).

Na análise institucional empreendida por Zaverucha e Nóbrega Junior (2015) sobre os fatores que levaram a redução de homicídios durante o Pacto pela Vida II os autores destacam outros aspectos além da centralidade dos tomadores de decisão na condução do programa, mas que dependeram de suas tomadas de posição. Um dos fatores foi o incremento no efetivo da Polícia Militar que “foi [de] 25% entre 2007 e 2009, o que fez seu número pular de 199 policiais por 100 mil habitantes para 255 por 100 mil, ultrapassando o limiar preconizado pela ONU” (ZAVERUCHA e NÓBREGA JÚNIOR, 2015, p.241). Outro foi o investimento em inteligência policial. Assim como a atuação conjunta de várias Secretarias de governo, sob a coordenação da SEPLAG, como destacam Ratton, Galvão e Fernandez (2014)

O fato da SEPLAG estar à frente da coordenação técnica do comitê gestor revela o papel de cérebro do governo que esta secretaria assume na gestão de Eduardo Campos. E indica mais, em se tratando da Segurança Pública, uma concepção de política que não é restrita à polícia, mas envolve outras secretarias de governo e a articulação com outros poderes. Além disso, simboliza e reforça o compromisso pessoal do governador com o tema. O modelo de gestão do PPV, portanto,

traz em seu bojo uma dimensão de governança – elemento de poder e liderança política – e de gestão (RATTON, GALVÃO e FERNANDEZ, 2014, p.14).

Macêdo (2012) tem uma posição similar sobre a avaliação da política Pacto pela Vida. Segundo a autora, o “êxito” do programa deveu-se a gestão, ao controle da ação dos gestores. Ratton, Galvão e Fernandez (2014) destacam o corpo técnico da política, assim como uma série de medidas que deram organicidade a gestão, como: a) a criação da carreira de gestor estadual; b) protocolos e procedimentos padronizados e integrativos entre as polícias, assim como cobrança de resultados semanais para cada uma das 26 áreas; c) territorialização da ação policial; d) identificação das configurações de homicídios por territórios; e) aumento da capacidade de investigação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa; f) criação de gratificações para aqueles policiais que atingissem a meta no território sob seu comando, promovendo, assim, maior profissionalização das polícias; g) articulação maior entre as instituições do sistema criminal. (RATTON, GALVÃO e FERNANDEZ, 2014).

Portanto, o modelo de gestão implementado, assim como a liderança dos tomadores de decisão, conforme as análises da política Pacto pela Vida, foram determinantes para os resultados positivos alcançados. Entretanto, outros Estados implementaram modelos de gestão similares contando com a mesma consultoria privada, e tiveram resultados bem distantes, como Alagoas e Sergipe, por exemplo. Logo, outros fatores, além da vontade política dos tomadores de decisão, também

foram essenciais para a determinação da política, como os fluxos que convergiram naquele momento para a implementação do Pacto pela Vida.

Considerações Finais

De 2006 a 2013, período da política Pacto pela Vida, conforme dados da Secretaria de Defesa Social, a taxa de homicídios reduziu 39% no estado de Pernambuco. Embora distante da meta de redução de 12% anual, o programa teve uma redução considerável de óbitos por causas externas. Conforme Oliveira (2016) as taxas divulgadas pela Secretaria de Defesa social (SDS-PE) foram, no decorrer do período de 2007 a 2010, inferiores as divulgadas pelo DATASUS. Entretanto, com o tempo as taxas se igualam, evidenciando uma maior eficiência na coleta de dados da Secretaria, e desmitificado, de certo modo, o apelo midiático do programa.

No período de 2007 a 2013, a redução das taxas de homicídios foi expressiva, ao contrário do período posterior, quando as taxas voltam a crescer. Destaca-se que o período mais representativo dessa redução é aquele ainda conduzido por Eduardo Campos, sob a orientação de José Luiz Ratton. Logo, essa evidência reforça a tese da importância dos tomadores de decisão na condução do programa para resultados mais efetivos. Entretanto, se a redução dos homicídios foi significativa nesse período, “[...] outros crimes tiveram aumentos na sua incidência, como roubos, tráfico de entorpecentes, porte ilegal de armas, tentativa de homicídio, e lesão corporal dolosa” (OLIVEIRA, 2016, p.79). Assim como em decorrência da redução do número de homicídios, e das outras estratégias implementadas, aumentou significativamente a

população carcerária. Portanto, durante o período em que Eduardo Campos esteve à frente do governo de Pernambuco e do Programa Pacto pela Vida assim como reduziu-se as taxas de homicídios, prendeu-se mais pessoas no sistema carcerário. Entretanto, o maior crescimento é o de presos sem julgamento, em situação provisória, o que sugere que o Pacto pela Vida não teve impacto no sistema judicial, que manteve sua morosidade no período.

Em relação aos gastos do estado efetuados com a função Segurança Pública, houve um investimento crescente de 2007 a 2011, depois certa estabilidade de gasto e uma leve queda em 2013. Esta dinâmica tem relação com uma série de questões, não apenas a mudança política em curso a partir de 2013, como discorre Oliveira (2016):

A estabilização dos gastos em segurança após 2011, e o aumento natural dos preços dos insumos de segurança pública (devido, por exemplo, à própria inflação, ao aumento do número de presos, que gera necessidade de maiores gastos na área prisional e às reivindicações de ganhos salariais por parte dos profissionais de segurança pública) pode ter sido um dos fatores que levaram à deterioração das atividades realizadas pelo Pacto Pela Vida e, conseqüentemente, ao aumento dos homicídios após 2013 (OLIVEIRA, 2016, p.81).

Além das questões levantadas por Oliveira (2016) para explicar o aumento de homicídios a partir de 2013 em Pernambuco, como a questão dos preços dos insumos de segurança pública, o aumento de gasto no sistema prisional e as reivindicações de aumentos salariais dos servidores

da segurança pública, deve-se considerar a mudança de gestão com a morte de Eduardo Cunha, em 2014, assim como as transformações no cenário político e econômico nacional. Considera-se, portanto, que, assim como a mudança dos tomadores de decisão na esfera estadual, a situação de crise política e de instabilidade institucional iniciada após a eleição de Dilma Rousseff para o Executivo Federal teve impacto, tanto na continuidade e no incremento de políticas públicas implementadas nas unidades subnacionais, quanto na formulação de uma reflexão sobre segurança pública capaz de sensibilizar a agenda governamental.

Portanto, a segurança pública entrou definitivamente na pauta da agenda governamental e decisional, tanto de Estados, Municípios, quanto da União no período analisado. Embora tenham responsabilidades e competências constitucionais distintas, o “humor nacional” em torno da segurança pública imprimiu nas agendas dos atores uma prioridade, ao menos discursiva, em torno de questões caras ao tema. A segurança pública, como um problema político, possibilitou que os atores se posicionassem e propusessem medidas que respondessem essa demanda em torno da área, medidas estas pautadas em uma agenda que trouxe para dentro das esferas de tomada de decisão o “estado da arte” no tema da agenda, capitalizando intelectualmente as diretrizes e medidas do programa Pacto pela Vida quanto a “especialização” do problema por meio de uma empresa de consultoria para respaldar justamente as ações políticas imprimidas em torno da política de segurança pública do governo pernambucano, alvo de análise deste artigo.

Com uma demanda social recorrente em torno do tema da segurança pública, a emergência de um empreendedor político que capitalizasse essa agenda e construísse políticas que identificassem sua gestão com “a resolução do problema” não é fenômeno estranho à literatura, afinal, são os empreendedores políticos que percebem a demanda social, a dinâmica e clima político e transformam uma agenda governamental pouco operacional em uma po-

lítica implementada e visível. Entretanto, no caso da política Pacto pela Vida, uma série de condicionantes possibilitaram sua emergência e implementação, como o clima nacional, a formação do campo da segurança pública, a demanda social, o investimento federal, que colocam a questão para além da centralidade dos tomadores de decisões políticas.

Referências Bibliográficas

DOWNS, Anthony. “Up and down with ecology: the issue-attention-cycle”, **Public Interest**, 28, 1972, pp. 38-50.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório de Atividades**. 2009. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/storage/relatorio_de_atividades_2009.pdf>

GOTTEMS, Leila Bernarda Donato et al. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 2, 2013, p. 511-520.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternativas and public policies**. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan, 2003.

MACÊDO, Andreia. **Polícia quando quer, faz! Análise da estrutura de governança do Pacto pela Vida de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado, UNB, Brasília. 2012.

MACÊDO, Andréia de Oliveira. “Polícia, quando quer, faz!”: análise da estrutura de governança do Pacto pela Vida, de Pernambuco. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, 2012.

MADEIRA, Ligia; RODRIGUES, Alexandre. Novas bases para as políticas públicas no Brasil a partir das práticas do governo federal no período de 2003 a 2011. **Revista de**

Administração Pública, v.49, n.1, 2015, pp.3-21.

MONTEIRO, L.M. Discurso gerencial normativo e a gestão por resultados: Notas sobre os modelos organizacionais implementados nas unidades subnacionais brasileiras. **Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, 2016.

NÓBREGA JUNIOR, José Maria. **Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: Dinâmica, relações de causalidade e Políticas Públicas**. Tese de Doutorado, UFPE, 2010.

OLIVEIRA, João. **Avaliação dos resultados do Pacto pela Vida e a dinâmica nos municípios de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2016.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Plano Plurianual 2008/2011. Todos por Pernambuco**, Recife, 2007. Disponível em <http://www2.seplag.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18613&folderId=51243&name=DLFE-3715.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2014.

RATTON, José Luiz; GALVÃO, Clarissa; FERNANDEZ, Michelle. O pacto pela vida e a redução de homicídios em Pernambuco. **Tornando as cidades brasileiras mais seguras: edição especial dos diálogos de segurança cidadã**. Instituto Igarapé: Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, C. Boas práticas em segurança pública. **Consultoria legislativa**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2016.

SILVA, E. **O Pacto pela Vida no Estado de Pernambuco: Informação, política e poder**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, UFPB, 2016, 231 p.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, n.21, v.61, 2007, pp.77-97.

VASCONCELOS, Francisco. As Ciências Sociais brasileiras e a formação do “campo de segurança pública”. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 05, n. 09, 2017, pp.33-58.

ZAHARIADIS, N. **Ambiguity and choice in European public policy**. In: Biennial Conference of the European

Union Studies Association, 10., Montreal, Canada, May 17-19, 2007. p. 31. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/8031/01/zahariadis-n-10f.pdf>>.

ZAHARIADIS, N. **Ambiguity and Choice in Public Policy: Political Decision Making in Modern Democracies**. Front Cover. Georgetown University Press, 2003.

ZAHARIADIS, N. **Markets, states, and public policy: privatization in Britain and France**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1998.

ZAVERUCHA, Jorge; NÓBREGA JUNIOR, José Maria. O pacto pela vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco. **DILEMAS: Revista de estudos de conflito e controle social**. vol 8, n.2, 2015, p. 235-252.

